

# **A INFÂNCIA: ENTRE A EDUCAÇÃO E A POBREZA: ANÁLISES DO CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICAS ATUAIS**

Viviane Dias de Jesus Gomes

*Universidade Estadual de Feira de Santana. G-mail vividiasjj@gmail.com*

## **Resumo**

A negação a infância tem sido contundente desde séculos atrás como relatam os registros históricos e junto a esta negação a de seus próprios direitos. O próprio prefixo in- significa não, traduzindo dessa forma “não infância”, isto significa dizer que a palavra criança está na verdade negando o sujeito, significa dizer que a criança não existe, no caso a criança não tinha espaço na sociedade. Segundo o autor Ariés, as crianças eram vistas como adultos em miniaturas. Dessa forma crianças eram submetidas a trabalhos pesados e todas outras ações que pertenciam ao mundo dos adultos, elas eram na verdade impostas a isso. Muitas trabalhavam até a morte. Ao lermos a história trágica- marítima das crianças das embarcações do século XVI, podemos fazer notória esta afirmação. O autor Ariés ao discutir o tema infância intitula “A Descoberta da Infância, ao momento em que se começam a notar a presença do ser infantil, despertando o que ele chama, “Os dois sentimentos da infância”. Segundo ele até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou mesmo não tentavam representá-la. É abstruso acreditar que essa negação se devesse á inabilidade.

Reconhecendo esta negação da infância durante séculos. Compreendendo os diversos atos contraditórios que as crianças vêm sofrendo ao longo dos séculos discutimos as tensões históricas e atuais políticas que envolvem as dicotomias presentes na educação infantil, além das influencias que as grandes empresas procuram estabelecer hoje frente à educação infantil. O presente texto procura compreender as conquistas e decadências que vem sendo associada, como a questão dos direitos da criança e do adolescente que é algo que vem sendo construído processualmente ao longo dos anos. Além de enfatizarmos a questão da pobreza e suas relações intrínsecas com a educação. Saber a percepção político-educacional em relação à infância, além de ações implementadas para a permanência da mesma, principalmente para crianças que vivem em extrema pobreza.

**Palavras chaves:** ( infância, educação, pobreza, política, ideologia )

## **Introdução**

A infância tem sido negada desde o princípio dos séculos, e assim como negros indígenas e mulheres as crianças também foram vítimas de um sistema cruel de desigualdade. Analisando os registros históricos de séculos atrás, podemos observar que crianças não eram vistas como alguém que ocupasse lugar na sociedade. No livro A História Social da Criança e da Família de Philippe Ariés, podemos observar que no século XII, crianças eram vistas como adultos em miniaturas. Dessa forma crianças eram submetidas a trabalhos pesados, que chegavam a serem exauridas até a morte. Podemos fazer notória esta afirmação, percorrendo o texto a história trágica- marítima das crianças das embarcações do século XVI. O autor Ariés ao discutir o tema infância intitula “A Descoberta da Infância, relata os dois sentimentos da infância, sendo o momento em que se começam a notar a presença do ser infantil. Segundo ele até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou mesmo não tentava representá-la. É abstruso acreditar que essa negação se devesse á inabilidade. O mais provável é que não houvesse lugar para a infância nesse contexto. O próprio prefixo in- significa negação, isto significa

dizer que a palavra infância está na verdade negando o sujeito, significa dizer que a criança não existe.

Sabendo da negação da infância durante séculos e compreendendo os diversos atos contraditórios que as crianças vêm sofrendo ao longo dos séculos discutiremos as tensões históricas, e atuais políticas que envolvem as dicotomias presentes na educação infantil, além das influências que as grandes empresas procuram estabelecer hoje frente a educação infantil, como a ideologia trazida pelo sistema capitalista. Iremos analisar as conquistas e declínios que vem sendo difundidas como a questão dos direitos da criança e do adolescente que é algo que vem sendo construído processualmente ao longo dos anos. Compreendendo que toda política demanda de mobilizações para serem efetivadas e que grandes contestações foram travadas a favor dos direitos assistidos a infância, bem como o reconhecimento destes como sujeitos sócio histórico e cultural, a Constituição Federal que entrou em vigor em 1988, teve um marco significativo para ênfase dos direitos das crianças a educação. Porém nem toda a criança tem alcançado estes direitos. Assim, buscamos compreender a perspectiva política educacional em relação a educação de crianças, desde o contexto histórico até os dias atuais. Saber a percepção das ideologias presente na educação infantil e as políticas envoltas sobre a mesma. Além de enfatizarmos a questão da pobreza e suas relações intrínsecas com a educação. . Analisando todos estes aspectos buscamos compreender a percepção político-educacional em relação à infância, além de ações implementadas para a permanência da mesma.

## **Discussões**

Analisando os registros históricos de séculos atrás, podemos observar que crianças não eram vistas como alguém que ocupasse lugar na sociedade e hoje percebemos que as crianças tem ocupado um lugar de destaque e preocupação em relação a transformar-se em um adulto competente e produtivo.

Voltemos ao século XII, para compreendermos como as ideologias vão sendo construídas e aplicadas de acordo com suas necessidades. Discorrendo o texto de Ariés, podemos observar que crianças eram vistas como adultos em miniaturas. Dessa forma crianças eram submetidas a trabalhos forçosos adultos que as levavam até a morte. Diante da opressão e humilhação pela qual eram submetidas. No livro História Social da Criança e da Família Philippe Ariés, podemos fazer notória esta afirmação, quando ele descreve a vida infantil diante da sociedade medieval. O autor intitula como “ A Descoberta da Infância, o momento em que o ser infantil começa a aparecer de alguma forma, manifestando o que ele chama “Os dois sentimentos da infância.” O primeiro sentimento estava relacionado a paparicação, momento em que a criança era vista como a engraçadinha, seguido da moralização, onde deviam impor regras a elas e discipliná-las. Segundo ele até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou mesmo não tentava representá-la. É intrincado acreditar que essa ausência de representação da infância se devesse á incompetência, é provável que não houvesse lugar para a infância nesse contexto.

Na história trágico- marítima das crianças das embarcações podemos observar que crianças eram vítimas de todas as mazelas. Nesta narrativa as crianças eram submetidas a trabalhos braçais pesados, passavam várias privações, eram mal alimentadas, e morriam diariamente por não suportarem as péssimas condições as quais eram submetidos, além de sofrerem abusos dos senhores das embarcações, eram induzidas a prostituição. Quanto maior o nível de pobreza mais ainda a criança

sofria descaso. Durante anos crianças foram usadas para fortalecer a economia em nosso país, nesta dita fase do descobrimento.

O autor Ariés relata que na época medieval, a escola não surgiu imediatamente como uma necessidade. Nem tão pouco tinha como objetivo a destinação à educação infantil. Segundo o autor Ariés, havia uma indiferença pela educação infantil. Sobretudo os reformuladores escolásticos do século XV, trouxeram contribuições para a educação que foram o Córdeal D' Estouteville e Gerson, os organizadores de colégios e pedagogias, como também os jesuítas, os ortanianos e os jansenistas do século XVIII. O autor relata que com eles vemos surgir o sentimento da particularidade infantil, o conhecimento da psicologia infantil, e preocupação com um método adaptado a esta psicologia. Contudo a infância continuava a mesma, e ainda no século XVII, a distribuição da escolaridade não se fazia necessário nos primeiros anos de vida.

Observamos então como eram vistas as crianças e como eram excluídas como ser sócio-histórico cultural, sem oportunidades de educação.

Se formos mais adiante podemos constatar na história da educação como eram acometidas a mesma, visto que as meninas eram educadas para os afazeres domésticos apenas.

Seguindo adiante veremos a grande contundência no século XIII, quando explode a necessidade industrial, onde a criança também entra na depreca da mão-de-obra infantil.

E hoje, como podemos analisar a infância? Como podemos analisar a política educacional em relação a infância? Quais são estas políticas? Será que realmente as crianças passaram a ter o real reconhecimento?

Analisando a visão do Banco Mundial em relação à infância, compreendemos a perspectiva do mesmo em relação a infância. Trazendo estes pressupostos discutiremos os impactos com as quais as crianças são acarretadas, dentro de uma política extremamente dominadora e de caráter mundial, efetivada pelo Banco Mundial. Para tanto, é necessário que se conheça, o que vem a ser este órgão, bem como a sua atuação, e ações realizadas na política educacional infantil. Segundo Stephens, as crianças se tornaram as vítimas mais vulneráveis das políticas econômicas globalizantes, onde se vê uma divisão de classes sociais, onde a pobreza alcança a parte majoritária, crianças são veneravelmente as vítimas principais, da desigualdade social, sendo hipotéticas as condições de saúde e educação.

No entanto pode-se observar frente a estes problemas de ordem política educacional e social, um aproveitamento de certos órgãos que visam camufladamente apenas recursos financeiros. Neste aspecto, referente ao Banco Mundial o autor Stephens, nos traz o seu parecer.

Penn, apud Stephens, 1997 uma das maneiras pelas quais as políticas macroeconômicas se legitimaram foi invocando noções simplificadas e idealizadas de infância, família e comunidade, com o intuito de justificar ações que, na verdade, podem prejudicar a vida das crianças reais.

Nessa discussão sobre os violências de políticas macroeconômicas em crianças, podemos notar a ideologia de uma classe majoritário, e o que intencionalmente está por trás do Banco Mundial.

O enfoque é que o tema primeira infância tem despertado olhares na agenda internacional. Esta preocupação estagnaste, não é fruto de bondade, esta ação tem

nome e preço: economia, capital e lucro. E para repulsa, a primeira infância é vista como um momento oportuno para aplicarem suas ideologias cerebrais.

Segundo o autor, o argumento de que o cérebro se desenvolve com mais intensidade nos primeiros anos de vida faz com que qualquer programa que vise ao desenvolvimento cerebral seja avaliado positivamente. Fica claro e evidente o interesse sutil do Banco Mundial em moldar as mentes dos pequeninos, de acordo com os seus interesses, adotando métodos que favoreçam este desenvolvimento.

Dessa forma, tanto o Banco Mundial, como os outros órgãos associados estão investindo na educação, por pura estratégia lucrativa e conveniência. Na qual o autor relata que as metáforas econômicas e tecnocráticas da teoria do capital social são usadas para explicar e justificar o interesse do Banco Mundial pela infância. Para o Banco, o objetivo da infância é tornar-se um adulto plenamente produtivo, o “capital humano” do futuro. Dessa forma O Banco Mundial ao investir na educação não deu um passo de pura bondade, mas viu na criança a forma mais aplicável para disseminar sua ideologia e poder lucrar em cima disso. Logo, pois, que se uma criança é educada segundo os seus costumes imperialistas americanos, se formará para a produção capitalista.

No texto Criança a alma do negócio podemos observar como se retrata esta realidade que vem acontecendo infelizmente. Crianças são vistas como presa fácil para o lucro do mundo capitalista.

Não podemos falar de infância sem discutirmos as condições viáveis de educação para os mesmos. Sem pensarmos no que fazer para que crianças avancem no sentido educação. Dentre estes aspectos se encontra um fator negativo e determinante o qual não podemos silenciar. Não adianta fecharmos os olhos e fazer de conta que a pobreza não existe, ela existe, pois vemos e convivemos com ela constantemente. Podemos comprovar isto diariamente, seja pela vida familiar, seja por meio de vizinhos, amigos, ou até mesmo por bairros que são cruelmente vitimados pela falta de saneamento básico, pela falta de recursos financeiros para se viver com igualdade. Tem-se a impressão que para estas pessoas o direito nunca assiste, é uma dura realidade que se fecha as cortinas para não se ver e nem se fazer a leitura dessa terrível realidade que é constantemente ampliada pelo massacre ideológico de uma classe dominante.

Diante das condições narradas será que uma criança pobre terá as mesmas possibilidades de avançar em seus estudos? Segundo o Instituto Camargo Corrêa, a primeira infância é a base para todas as aprendizagens humanas. Estudos mostram que a qualidade de vida de uma criança entre o nascimento e os 6 anos de idade pode determinar as contribuições que dará à sociedade quando adulta. Se esse período incluir suporte para o crescimento cognitivo, desenvolvimento da linguagem, habilidades motoras, adaptativas e aspectos sócio-emocionais, a criança terá uma vida escolar bem-sucedida e relações sociais fortalecida. Podemos comparar uma criança bem alimentada e com melhores condições de vida, em contraponto crianças que não possuem uma boa alimentação e não possuem condições favoráveis. Percebemos o quanto a pobreza prejudica a vida de milhares de crianças em todo o mundo, fazendo-os regredirem, desistirem dos estudos e até mesmo nunca terem ingressado na escola. Pois tem que trabalhar para adquirir o pão e ajudar a sua família. E os governantes ainda acusam os pais quando estes não põem seus filhos na escola. Por que será que não põem seus filhos na escola, será que

sabem que a pobreza existe de fato. Quais são as políticas envolvidas para mudar esta realidade? Metas são levantadas, crianças a cima de 05 anos são obrigadas a estudar, mas por que será que muitas ainda não estudam? Estas políticas e leis que obrigam os pais a manterem seus filhos na escola, que responsabilizam os pais quando estes não põem seus filhos na escola, será que enxergam a causa da falta de educação para estas crianças? Por que ao invés de atacarem os pais e penalizarem não criam ações políticas que vá de encontro à uma das causas principais que é a pobreza.

Analisemos em rápido reflexo como é a vida de crianças pobres e como é a vida de crianças de classe média, é triste dizer mas é difícil uma criança que não tem sequer uma refeição, avançar em seus estudos. Como vimos anteriormente no início do texto O trabalho foi um fator marcante na vida das crianças pobres do século XVI, trabalhavam porque eram consideradas como adultos pequenos, e hoje que se conhece os direitos as criança?

Discutindo o marco histórico das políticas educacionais infantis as lutas, conquistas e decadências podemos destacar a questão dos direitos da criança e do adolescente que é algo que vem sendo construído processualmente ao longo dos anos. É reconhecido que toda política demanda de mobilizações para serem efetivadas. Dessa forma grandes lutas foram travadas a favor dos direitos provenientes a infância, bem como o reconhecimento destes como seres de direitos. Neste cenário gera a criação da Constituição Federal que entrou em vigor em 1988, foi um marco significativo para ênfase aos direitos das crianças a educação, enfatizando ainda questões cidadãs. A Constituição Federal serve de base para as demais leis que conseqüentemente se fundaram: Como o Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA, aprovado logo após, em 1990 que chega para implementar as questões sociais referentes aos direitos da criança e do adolescente.

Em 1990, foi aprovada a lei 8.069/90, do Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA, com o objetivo de assegurar os direitos a estes, e poder garantir melhores condições humano-sociais, dentre os direitos a educação o Estatuto traz, dispositivos importantes para a educação infantil, a definição e os critérios para aplicação do princípio da prioridade absoluta. No art. 54 determina que é dever do Estado assegurar a criança de 0 a 06 anos de idade atendimento em creche e pré- escola. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação- LDB norteadora da educação, com base nos princípios presentes na Constituição Federal, reforça os direitos da educação desde os primeiros anos de vida.

Como podemos observar tanto o artigo 54 como a Lei de Diretrizes e Base da Educação-LDB, a determinação é para crianças de 0 a seis anos, porém na prática isso não tem acontecido, ficando muitas crianças desfavorecidas desse termo.

O Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA trabalha com os princípios sociais, no intuito de humanizar. O seu objetivo é assegurar proteção integral a infância, reconhecendo-os como sujeitos de direitos. No texto analisado e no próprio texto da Lei, o ECA disponibiliza dos seus princípios que são dentre eles; como citados no texto “a garantia por meio de responsabilidades e mecanismos amplamente descritos, na condição de sujeitos de direitos fundamentais e individuais e direitos assegurados pelo Estado e conjunto da sociedade como absoluta prioridade. Contudo

nem todas as crianças são alcançados dentre outros motivos, devido a ausência da própria política de financiamento.

### **Conclusões**

Como vimos, a educação infantil foi e está sendo negada ainda que de forma camuflada. As crianças trabalhavam no século passado e hoje que se conhecem os direitos da criança ainda continuam trabalhando, são vítimas de um sistema cruel e desumano. As fortes ideologias imperam colocando em segundo plano a educação infantil e crianças pobres são vitimadas diariamente. Infelizmente para o sistema no qual vivemos a pobreza é apenas uma aparato uma engrenagem para que a classe minoritária avance. E a que custo? Ao custo da grande desigualdade, que separa as classes e fazem acepção de melhores e piores.e ainda há uma lógica perversa que diz ser o pobre o autor, o responsável pela sua própria pobreza Dessa forma é necessário uma conscientização política que fomente uma educação igualitária e de qualidade. Uma política que proclame o “não por uma educação que dá voltas, mas leva o sujeito para o mesmo lugar”. Não por uma educação que barra a todo o instante o sujeito marginalizado, que só chega ao mínimo e não consegue avançar, pois tem apenas uma educação básica, é preciso criar estratégias e ações que ofertem uma educação para a emancipação.

### **Referências Bibliográficas**

ARIÉS, Philippe. **A HISTÓRIA SOCIAL DA CRIANÇA E DA FAMÍLIA.**2 ed. Rio de Janeiro,1981.

PENN, Hellen. **PRIMEIRA INFÂNCIA: A VISÃO DO BANCO MUNDIAL.** School of Education and Community Studies, University of East London Social Science Research Unit, Institute of Education, London University [h.penn@uel.ac.uk](mailto:h.penn@uel.ac.uk)

<http://www.institutocamargocorrea.org.br/infancia/Paginas/infancia.aspx>

Filme : Criança a alma do negócio